

Câmara aprova aumento de cadeiras e Bauru terá 21 vereadores em 2025

Projeto do próprio Legislativo foi aprovado ontem (29) pela maioria dos parlamentares; apenas Coronel Meira votou contra

ANDRÉ FLEURY MORAES

Com emenda modificativa, a Câmara de Bauru aprovou o projeto de emenda à Lei Orgânica do município que altera a atual composição do Legislativo. A partir de 2025, a Casa passará a ter 21 vereadores - dois a menos do que a proposta previa originalmente (23). E quatro a mais do que a atual formação.

A alteração ao projeto original foi proposta pela Comissão de Economia e Finanças da Câmara, presidida pelo vereador José Roberto Martins Segalla (União Brasil).

CONSENSO

O número de 21 vereadores foi 'caminho do meio' para a decisão

Como antecipou o JC ontem, prevaleceu o entendimento de que Bauru precisa ter representantes para cada uma de suas 21 zonas regionais. A comissão presidida por Segalla se posicionou nesse sentido, e os demais parlamentares acataram o argumento.

Antes de ir a votação, na verdade, já havia a expectativa de que o projeto fosse alterado. O número de 21 vereadores foi "o caminho do meio" para que a proposta passasse em plenário.

A votação terminou em 15 a 1. Luiz Eduardo Borgo (PMB) não compareceu à sessão. E apenas Coronel Meira (União Brasil) se posicionou contra a proposta. "Entendo que o número atual, de 17 vereadores, é suficiente para esta Casa", apontou o parlamentar. Meira, na prática, manteve a opinião que defendeu durante a reunião em que o projeto foi apresentado. O JC apurou que, já naquela oportunidade, ele teria sido o único a se

manifestar contra a medida.

A aprovação do aumento nas cadeiras já era esperada, mas parlamentares tinham a perspectiva de que o projeto fosse gerar discussões mais calorosas - o que não aconteceu. À exceção de uma curta manifestação de Meira durante a votação, a proposta passou a toque de caixa.

IMPACTO

Com validade a partir de 2025, a criação de quatro novos vereadores e outros oito assessores parlamentares - cada vereador tem direito a dois assessores - aumenta as despesas da Câmara de Bauru em cerca de R\$ 1,4 milhão. O cálculo já leva em consideração o aumento salarial aprovado pelo Poder Legislativo, também ontem (leia mais na página 4).

Fosse aprovada com o número originalmente previsto, de 23 parlamentares, a proposta causaria um impacto no orçamento da Câmara que superaria



JC Imagem/Maivolta Jr.

Para Meira, 17 vereadores são o suficiente para o Legislativo

R\$ 2 milhões anuais.

AVALIAÇÃO

Vereadores favoráveis ao aumento de cadeiras minimizam o efeito do projeto sobre os cofres públicos e avaliam que a cifra é ínfima se comparada ao que terá em caixa a Prefeitura de Bauru nos próximos anos. Para o ano

que vem, por exemplo, estão previstos quase R\$ 2 bilhões no orçamento geral do município.

Eles afirmam que uma cidade como Bauru, com 400 mil habitantes em média, deveria ter mais representatividade na Câmara e que 17 vereadores é um número que limita a participação popular no processo legislativo.

Câmara aprova 'pacote' de aumento de salários para a próxima legislatura

Incremento foi dividido em dois projetos e vale tanto para prefeito, vice e secretários como também aos parlamentares

ANDRÉ FLEURY MORAES

A Câmara de Bauru aprovou, na tarde desta terça-feira (29), um projeto que aumenta os salários do cargo de prefeito, vice e secretários de governo a partir da próxima legislatura, que se inicia em 2025. Uma outra proposta, de incremento ao subsídio dos vereadores, também passou. As duas foram aprovadas por unanimidade.

O vencedor das eleições de 2024 assume o cargo em 2025 já com um salário maior. Os vencimentos do futuro prefeito, qualquer que seja ele ou ela, vão subir dos atuais R\$ 18.155,30 para R\$ 24.849,33 a partir da próxima legislatura.

O aumento do subsídio dos parlamentares de Bauru, também válido apenas para 2025, é mais robusto.

Um vereador recebe hoje R\$ 7.845,21 mensais. O projeto aprovado eleva o benefício

PRAZO
Votação de ontem corrige defasagem salarial, a partir de 2025

para R\$ 14.762,80 - mesmo valor previsto aos secretários de governo, também elencados no texto. Na prática, vereadores ganharam um incremento de quase 50%.

O argumento utilizado para aprovar os projetos foi a defasagem salarial. De fato, há anos que os reajustes entre uma legislatura e outra não acompanham o real crescimento da inflação. Um levantamento interno da Câmara de Bauru mostrou que, na ponta do lápis, os assessores dos parlamentares acabam ganhando mais do que os próprios vereadores.

Um assessor recebe hoje R\$ 69.985 por ano na soma entre salários e demais direitos, como férias e 13°. Ao incluir o vale-alimentação na conta, porém, os vencimentos anuais saltam para R\$ 82.985.

Parlamentares, por sua vez, têm direito somente ao subsídio mensal de R\$ 7.845,21. Sem direito a benefícios salariais, a retirada anual dos vereadores, somados os 12 meses, termina em R\$ 71.478,72.

EXECUTIVO
Embora a aprovação do aumento salarial à prefeitura e ao alto escalão do Exe-



Patrícia Romualdo / Câmara de Bauru

Vereadores conversam, na sessão de ontem; projeto dos salários recebeu aprovação unânime

cutivo corrija a defasagem salarial a partir de 2025, a votação de ontem não resolveu o problema mais urgente e que foi, aliás, o argumento inicial para colocar em pauta o incremento dos salários: o aumento do teto de vencimentos em Bauru a curto prazo.

A medida demanda pressa, avaliam vereadores, já que o teto salarial defasado é uma das principais razões da debandada de médicos da rede municipal de Saúde. Somente neste ano, de janei-

ro a outubro, 26 deles deixaram o emprego público.

Neste caso, porém, há a necessidade de se passar um projeto que reajustasse o salário da prefeita Suellen Rosim (PSC) já a partir do ano que vem.

A minuta do texto, porém, empacou no setor jurídico do Poder Legislativo.

A dívida, segundo apurou o JC, gira em torno da questão de competência. Pareceres internos da Câmara apontam que a proposta deve ser apresentada pela

prefeita, e não pela Mesa Diretora do Legislativo, como estava previsto.

Isso porque, neste caso, o texto abordaria reposição salarial, também chamada de reajuste pela inflação, e não fixação de vencimentos - esta última, aliás, é de iniciativa parlamentar.

O JC apurou que interlocutores da prefeita garantiram aos vereadores que a mandataria encaminhará a proposta o mais rapidamente possível. Até agora, porém, não há nada concreto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Página:** 3 + 4